

# A Política Neoliberal e a Educação Superior na América Latina e Caribe

Ernâni Lampert

## Resumo

O trabalho, dividido em três partes interconectadas, abarca a temática "a política neoliberal e a educação superior na América Latina e Caribe". Em um primeiro momento, com o objetivo de contextualizar a problemática por meio de uma visão sumarizada, o autor localiza os problemas crônicos da América Latina e do Caribe, dentro da atual conjuntura mundial. Numa segunda instância, à luz do novo paradigma de produção capitalista e de reforma do Estado, analisa-se a metamorfose da universidade pública, que, ao mesmo tempo em que é sucateada e suas condições de trabalho são deterioradas, vê-se obrigada a atender a novas demandas oriundas da exigência dos diferentes segmentos sociais. Por fim, a partir das novas demandas da sociedade, propõem alguns encaminhamentos à universidade a serem perseguidos no século XXI.

**Palavras-chave:** Política neoliberal - educação superior - América Latina e Caribe.

## Contextualização da Problemática

A partir dos anos 90, através de um processo gestado anteriormente pelos países industrializados, interconectados com os grandes conglomerados transnacionais, a sociedade pós-moderna - aqueles que têm acesso aos bens e serviços - começou a vivenciar e experimentar um novo estilo de vida, onde o setor econômico se constitui na alavanca do progresso e do desenvolvimento, sem necessariamente considerar a sustentabilidade do meio ambiente. Esse processo unilateral, autoritário, assimétrico, desigual e desprovido da participação popular foi instalado, paulatinamente, nos países latino-americanos e caribenhos, sem que os governos, necessariamente, tenham-se apercebido do caos social que este desencadeamento provocaria e de sua dependência política, econômica e cultural em relação aos países hegemônicos. A fragilidade política, a falta de políticas públicas e de planejamento estratégico, a desarticulação dos países, as guerras civis, a mestiçagem biológica e cultural

### Ernâni Lampert

Doutor em Ciências da Educação, Universidade Pontifícia de Salamanca, Espanha.

Professor adjunto da Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

da população, o despreparo e a alienação do povo de maneira geral, a pobreza material e espiritual, a falta de perspectivas e de um projeto alternativo favoreceram a implantação do projeto neoliberal, que privilegia poucos em detrimento da maioria, acentuando ainda mais o hiato entre ricos e pobres, e trazendo subjacente a ideologia capitalista com nova roupagem.

A sociedade global competitiva, na qual o jogo concorrencial assume papel decisivo, a ausência de um estado provedor, a homogeneidade do pensamento e os novos formatos institucionais revolucionaram e redimensionaram o cotidiano das pessoas. O lucro, cerne de toda a engrenagem, é eternizado e não tem domicílio fixo. Os grandes movimentos financeiros, em muitos casos, estão fora do controle dos governos nacionais. "La economía - el capital; o sea, dinero y otros recursos necesarios para hacer las cosas, para ganar más dinero y hacer aún más cosas - se desplaza rápidamente; lo suficiente para mantener un paso de ventaja sobre cualquier gobierno (territorial, claro está) que intente limitar y encauzar sus movimientos" (Bauman, 2002: 16). Cada dia que passa, a proporção de pessoas excluídas do processo produtivo aumenta estrondosamente, quer nos países centrais, quer mais especialmente nos países em vias de desenvolvimento. A grande maioria da população, excluída da globalização, é contra o processo, porque os benefícios não chegam a ela, porém aspira a uma globalização democrática e com justiça. Esta atitude, na concepção do FMI, é prejudicial, porque pode fazer retroceder a política de abertura e de liberação.

A América Latina apresenta a maior desigualdade social do mundo, superan-

do inclusive os continentes asiático e africano. As disparidades socioeconômicas e culturais produzem fortes contrastes. Mesmo havendo um declínio generalizado dos índices de natalidade, a região centro-americana apresenta, ainda, o maior crescimento populacional do mundo. O êxodo rural fez com que 70% da população viva em zonas urbanas e tem acentuado a metropolização, aumentando a violência. Cerca de 50% dos latino-americanos e caribenhos vivem abaixo da linha de pobreza e em torno de 150 milhões são miseráveis. "El Censo Nacional de Población y Vivienda no dice que La Paz alberga dentre de sus casi 800.000 habitantes a más de 500.000 personas viviendo por debajo de la línea de pobreza y un total de 300.000 em pobreza extrema" (Blanes, 2002:B6). Estimadamente, 50% das divisas são utilizadas para o pagamento da dívida externa, que a cada instante prolifera e se torna impagável e eterna à maioria das nações emergentes.

Na esfera política, entre tropeços, percalços, avanços, recuos e retrocessos, a América Latina e o Caribe têm conseguido substituir o colonialismo, os regimes ditatoriais e militares por regimes democráticos. Mesmo que a grande maioria dos países viva em regime de democracia, esta é muito frágil, instável e de baixa qualidade. Por exemplo, a pesquisa realizada pela Universidad de Lima (La República, 2002), evidencia que a maioria da população peruana percebe que a democracia em que vive o país é de baixa qualidade (51,8%), contra os que a consideram de alta qualidade (4,9%). Para melhorar esta situação, os entrevistados são de parecer que é necessário combater a corrupção e 59,9% acham pouco instável a política peruana. Na Colômbia,

país que vive uma guerra civil há 38 anos, o presidente Álvaro Uribe, empossado em agosto de 2002, criou o **"O Estado de Comoção Nacional"**, onde o congresso perdeu os poderes e o cidadão, seus direitos. O novo presidente está seguindo as orientações ditadas por Washington, responsável pela elaboração do Plano Colômbia que, explicitamente, objetiva defender a democracia, a erradicação da produção de drogas e a interdição do narcotráfico, mas, subjacente, está a tese de controle absoluto da América Latina e do Caribe. A Venezuela, a partir de abril de 2002, através de sucessivas tentativas de golpe de estado, é outro país que tem sua democracia ameaçada.

A falta de investimentos no setor produtivo e de serviços, a banalização e a desoxigenação do parque industrial, a entrada das multinacionais providas dos mais avançados recursos tecnológicos, o próprio despreparo e a desqualificação profissional do povo fazem com que o trabalho informal seja a única perspectiva de receita para mais ou menos 50% dos latino-americanos e caribenhos. O emprego decente, condição indispensável à cidadania, está sofrendo mudanças em sua natureza. Postos de trabalho são eliminados e parques são criados ou remodelados. Na Argentina, informações divulgadas pela Equipe de Investigações Sociais da Universidade Católica da Argentina e pelo Instituto Gino Germani, da Universidade de Buenos Aires, referenciadas pelo Correio do Povo (2002), mostram que a vida profissional adquire cada vez mais ares de indigência. Desde meados de 1998, início da atual recessão, o número de empregos relativos à indigência cresceu 70%, atingindo um milhão e oitocentos mil. Somente 28,6% da popu-

lação economicamente ativa possui emprego considerado "decente" e dentro dos padrões aceitos pela Organização Internacional do trabalho.

A violência em todas as esferas, que tem como uma das conseqüências a exclusão social, amedronta incluídos, excluídos e sobrantes. Em espaços estratégicos, traficantes mantêm governos paralelos e, com armamentos de última geração, enfrentam o próprio Estado, desprovido dos recursos adequados para o combate ao tráfico de drogas e à violência. Este fenômeno ocorre principalmente na Colômbia, no Brasil, na Venezuela e faz parte do cotidiano da população, que vê seus direitos e sua vida ameaçados.

Arelada a este contexto apocalíptico está a histórica corrupção política. Políticos inescrupulosos desviam fortunas dos parques recursos existentes para seu proveito próprio. Este fenômeno que, além de fragilizar as nações, auxilia na manutenção de um sistema financeiro internacional próspero, está presente na maioria dos países da região (Equador, Argentina, Venezuela, Peru, Brasil etc.). Conectados a este processo, estão os privilégios de alguns atores sociais. Por exemplo, segundo Lindo Perez (2002), dentro do Estado Argentino há mais privilégios que nas instituições públicas da União Européia. O espaço público argentino se converteu em um sistema de privilégios, em uma **"constelação de feudalidades"**. Governadores das províncias, juízes, reitores das universidades, diretores de alfândega e outros converteram seus espaços em feudos pessoais/familiares, ou em centros de enriquecimento ilícito.

Figura 1 - América Latina e Caribe



Cabe mencionar que e as constantes crises financeiras internacionais (crise asiática de 1997) e da região (crise brasileira e argentina), as catástrofes naturais e os fenômenos climáticos "El Niño" e Furacão "Mitch" são outros fatores que afetam negativamente o desenvolvimento da região. A América Latina e o Caribe, ao longo de sua história, não conseguiram formar uma "nação latino-americana". O Brasil, que ocupa aproximadamente 42% do território e 35% da população, constitui-se um mundo à parte. A mestiçagem, tanto biológica como cultural, conseqüência direta da época colonial, afetou de modo desigual os diversos países da região. Argentina, Chile e Uruguai se distinguem por sua população de origem européia. O Brasil e as Antilhas, pela africana (descendentes de escravos). Na centro-américa e nos países andinos (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), as camadas de índios representam percentual significativo da população.

Os países da América Latina e do Caribe, devido a sua formação etno-cultural com ameríndios, descendentes de colonizadores ou imigrantes europeus, descendentes de negros africanos e mestiços, possuem uma cultura diversificada e riquíssima. Astecas, Maias, Incas e outros, presentes antes do "Descobrimto da América", trouxeram uma valiosa colaboração em praticamente todas as áreas do saber humano. Por sua vez, os colonizadores espanhóis e portugueses, além da exploração econômica, buscavam imprimir suas marcas culturais e destruir ou reaproveitar o que havia sido edificado até então para "catequizar os ameríndios". A religião católica, predominante em praticamente toda a região, junto com o processo de colonização, certamente é fator forte que obstaculiza o progresso e o desenvolvimento. Sabe-se que a pobreza econômica geralmente desvaloriza e estigmatiza a cultura. "A desvalorização cultural, fomentada ideológica e intenci-

onalmente pelos países hegemônicos ao longo da história latino-americana, debilita a identidade e gera sentimentos individuais e coletivos de baixa auto-estima e alienação de nossa verdadeira realidade” (Lampert, 2002:12).

Atualmente, dentro do cenário político/econômico, estão sendo analisados os prós e os contra da política da Organização Mundial de Comércio e, paralelamente, da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A proposta da ALCA tem similitude com a política da Organização Mundial do Comércio (OMC). A ALCA é uma proposta política protecionista do império norte-americano, que tem como objetivo central manter o poderio deste e a dependência dos países latino-americanos e caribenhos. A América Latina e o Caribe que, entre países independentes, semidependentes e dependentes, soma cerca de cinquenta nações, pouco representa para os Estados Unidos, a maior economia do mundo. O estabelecimento de uma área de livre comércio, mediante acordos governamentais, restringe a ação pública e privilegia o acesso dos grandes conglomerados internacionais aos diferentes setores de produção, inclusive os serviços públicos. Subjacente a este processo está a tese de enfraquecer ou exterminar o MERCOSUL, que busca criar o livre comércio entre os países do Sul, com a possibilidade de parcerias com países europeus. Cabe registrar que, apesar de toda a desordem política, econômica e social, a América Latina e o Caribe são cortejados, tanto por países da Europa como pelos Estados Unidos. O subcontinente tem, entre outras riquezas, um

dos maiores potenciais hídricos do planeta. Sabe-se que a ALCA não gerará novos postos de trabalho; ao contrário, aumentará a cifra de desempregados e provocará a falência das indústrias que não têm competitividade e levará à exploração de mão-de-obra, por possibilitar aos empresários transferirem suas empresas para países onde os salários são mais baixos e as leis sociais escassas.

Em seminário promovido pelo Projeto Columbus<sup>1</sup>, os reitores das universidades latino-americanas e européias, reunidos em Lima (Peru), analisaram as implicações do acordo que atrela a educação superior ao comércio internacional de mercadorias. De maneira geral, os dirigentes universitários são favoráveis à colaboração internacional entre as instituições, à formação de redes de investigação, à mobilidade docente e discente, à realização de projetos conjuntos, ao aproveitamento de estudos; porém, por unanimidade, não objetivam a mercantilização da educação, por considerarem o conhecimento um patrimônio social e a educação um bem público imprescindível à sociedade. A pesquisa, função de capital importância para o desenvolvimento econômico, social e cultural, o compromisso com a qualidade, a busca de pertinência entre a educação e as demandas sociais, a liberdade e a autonomia acadêmica, o financiamento da educação pública, entre outros aspectos, estão ameaçados com este acordo imperialista, que objetiva o lucro e a submissão dos povos menos desenvolvidos. Este processo favorece os países que já têm uma capacidade bem desenvolvida para a exporta-

<sup>1</sup> É uma associação de 72 universidades européias e latino-americanas, com sede em Genebra e Paris. Aprovada pela Unesco e pela Comissão Européia, foi fundada em 1987 e tem como objetivo promover o desenvolvimento institucional e a cooperação multilateral.

ção, pois abre as fronteiras da competição de países com diferentes níveis industriais e tecnológicos. "Mas, por outro lado, nada garante que os países pobres e as culturas frágeis terão a mesma oportunidade de se expor ao mundo" (Martinez, 1997:112). Outra área impactante é a cultura, pois reforça a tese de pensamento único hegemônico e elimina as peculiaridades regionais, muitas vezes construídas ao longo da história da nação. "Ser local en un mundo globalizado es un señal de penuria y desgradación social... En la actualidad, los centros de producción de significados y valores son extraterritoriales, están emancipados de las restricciones locales; no obstante, esto no se aplica a la condición humana que esos valores y significados deben ilustrar y desentrañar" (Bauman, 2002: 16).

A educação, inserida na política produtiva, de maneira geral, na última década, alcançou avanços quantitativos no que concerne ao número de alunos matriculados na pré-escola, no ensino básico e no ensino superior, porém, qualitativamente, deixa a desejar e problemas crônicos, de décadas, continuam a desafiar os governos. A barbárie neoliberal, através de reformas educativas impostas pelos países centrais, prioriza o custo-benefício e caracteriza-se pela maleabilidade e pela adaptabilidade do sistema educativo ao setor produtivo. As similitudes entre os sistemas dos países conduzem para um padrão unitário de educação, onde a flexibilidade, a competitividade e o Estado avaliador constituem alguns princípios norteadores.

○ novo modelo de produção capitalista e de reforma administrativa do Estado, adotado pela maioria dos países latino-americanos e caribenhos, e monito-

rado pelo Fundo Monetário Internacional, faz com que as políticas públicas sejam direcionadas mais para atender aos interesses internacionais do que para emancipar e independizar os países, tão oprimidos ao longo de toda a história. "...todas as discussões que têm sido feitas a respeito da universidade giram em torno do modo em que esta deva se relacionar com o mercado" (Chauí, 2001: 17). Urge que questões como a baixa escolaridade (4.8 anos), o reduzido número de dias letivos efetivos (120/200), as altas taxas de evasão e de repetência, a baixa valorização do professorado, o hiato entre os setores público e privado, a falta de infra-estrutura, o sucateamento e a deterioração da rede pública de ensino, a deficiente formação inicial e continuada dos recursos humanos, as altas taxas de analfabetismo, a baixa qualidade de ensino e o não uso dos novos recursos tecnológicos no ensino sejam desafios que necessitam ser encarados e solucionados nos próximos anos, pois somente através de uma educação pública de qualidade será possível reverter o quadro caótico atual e apostar numa América Latina e num Caribe prósperos, soberanos, autônomos, independentes e voltados tanto para os interesses e necessidades regionais, quanto para os internacionais.

## A Educação Superior na América Latina e Caribe

À luz do contexto descrito na primeira parte deste estudo, torna-se mais fácil para o leitor entender a conjuntura da educação superior na América Latina e no Caribe. É oportuno referenciar que as políticas públicas são consequência direta do paradigma de produção capitalista e da reforma administrativa do Estado; as similitudes na educação superior desenvol-

vida, tanto nos países industrializados quanto nos emergentes, são evidentes e as perspectivas de câmbio deste quadro caótico, a curto e médio prazo, são remotas, mesmo que haja praticamente um consenso de que a educação superior, patrimônio cultural e bem social, seja a alavanca impulsionadora para o progresso, o desenvolvimento, a modernização e a transformação da sociedade, cada vez mais injusta e assimétrica.

A partir da análise dos dados da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, que é resultado da Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em outubro de 1998, em Paris, e com base no texto **Implicaciones de la Declaración Mundial sobre la Educación Superior para la Universidad Latinoamericana del siglo XXI**, de Bernheim (2000), infere-se que as principais características do ensino superior na região são: - **considerável expansão quantitativa das matrículas;** - **multiplicação e diversificação das instituições;** - **incremento do pessoal docente e dos graduados;** - **ampliação da participação do setor privado;** - **restrições com o gasto público.** O exposto permite visualizar um crescimento quantitativo desenfreado das instituições que oferecem ensino superior, especificamente do setor privado; um aumento do pessoal envolvido no processo (professores e alunos) e uma diminuição das verbas para o financiamento. Este fenômeno contraditório tem suscitado reveses e aponta desafios que urge serem analisados e que exigem soluções imediatas.

O crescimento quantitativo de matrícula (de 2% em 1950 para aproximadamente 20% em 2002), sob um parâme-

tro, é altamente favorável, pois possibilita aos jovens de 18 a 24 anos acesso à carreira superior. Por outro lado, a massificação, de maneira geral, dificulta a qualidade do ensino. Sabe-se que um enorme contingente de pessoal está sendo formado, desprovido de consciência crítica, e despreparado para o mercado de trabalho. Este fenômeno traz à tona indagações que merecem reflexão dos diferentes atores sociais. O incremento de matrículas foi um passo importante na história, porém, questões como a proliferação das instituições, que não reúnem as condições mínimas para um trabalho acadêmico digno, a alta porcentagem de professores despreparados, com o título de "graduado", e sem formação pedagógica, a inadequada metodologia de ensino utilizada e a falta de políticas públicas são itens indispensáveis a serem considerados para a melhoria da qualidade de ensino.

A proliferação das instituições é uma questão impactante. Sabe-se que a grande maioria destas instituições estão desprovidas de infra-estrutura (biblioteca, laboratórios etc.), além de possuírem, geralmente, um quadro docente despreparado e desqualificado, e priorizam o ensino. Estas instituições, comumente do setor privado, utilizam a educação como um negócio rentável e lançam à sociedade um número estrondoso de pessoas. "No Brasil, a conta da educação representa cerca de 9% do PIB, ou 90 bilhões de reais... É um valor próximo do que movimentam juntos os setores de telecomunicações e energia. Em 2002, o setor privado deverá ser responsável por 44 bilhões desse total. Só o faturamento das instituições privadas de ensino superior aumentou de cerca de 3 bilhões em 1997 para 10 bilhões de reais no ano passa-

do" (Rosenburg, 2002: 36). Geralmente, estas instituições, entre outras carreiras, ocupam-se com a formação de professores, o que cria um círculo vicioso. Um professor, com uma formação inicial precária, tende a reproduzir o sistema, ou seja, prepara mal seu aluno. Para Rinesi (2001), uma universidade i-reflexiva, incapaz de se pensar a si própria, de pensar por que e para que faz o que faz, e o que faz, não merece continuar levando o nome de universidade. Parece-se mais a milhões de instituições privadas, empresas com fins lucrativos pomposamente chamadas de "universidades", cuja propaganda lê-se nos jornais e que promovem os cursos oferecidos com o argumento de "saída para o mercado de trabalho". "... é preciso ressaltar um paradoxo nessa evolução: a qualidade de seu ensino universitário público coexiste com uma forte expansão de um ensino privado pouco qualificado (Trindade: 2002:26).

Em oposição a estas instituições, há projetos universitários que surgiram de movimentos sociais e servem de referência a toda a América Latina e o Caribe. Na Argentina, "as Madres de Plaza de Mayo" decidiram criar a Universidad Popular, um espaço de luta e resistência. Apostando na tese de que a construção de uma nova sociedade requer homens e mulheres com formação política e ética, sensíveis e imaginativos, capazes de usar as ferramentas da ciência e também da arte, que saibam articular a teoria e a prática revolucionária, a Universidad Popular Madres de la Plaza de Mayo tem o objetivo central de produzir pensamento crítico e organizar grupos de reflexão criativa. A instituição se opõe ao modelo educativo que objetiva transmitir conhecimentos de forma vertical, que legitima

a opressão, que está esquematizado para vigiar, castigar e reproduzir um sistema social perverso. As Madres de Plaza de Mayo desejam deixar, como únicos legados, o compromisso político, a coerência ideológica, a formação intelectual e a paixão pela luta herdada. A Universidade, criada em 06 de abril de 2000, com 700 alunos e 100 dos melhores professores, conta com um conselho internacional de renomados homens do mundo, que apóiam e ajudam esta instituição a crescer e alcançar sua missão tão importante em um país que está passando pela pior crise política, econômica, social, educacional e cultural de sua história. Ela oferece, através de diferentes escolas, os títulos de: Mestre em Artes, Mestre em Jornalismo de Investigação, Mestre em Direitos Humanos e Políticos, Mestre em Psicodrama e Sociodrama, Mestre em Economia Política e Social, além de oferecer seminários e oficinas.

O outro fator preocupante e que merece atenção é o baixo nível acadêmico de uma porcentagem considerável de professores e sua escassa formação pedagógica. Aproximadamente 70% dos docentes possui o curso de graduação; 20%, o curso de pós-graduação; e apenas 10% são pesquisadores. Muitos questionamentos emergem em função desta realidade. Como alguém, que não tem formação pedagógica, poderá exercer a docência? Um professor está apto a atuar como médico, engenheiro, advogado? Certamente, a contestação será "não". A mesma regra deve servir para os profissionais liberais que, também, grosso modo, não estão preparados para a docência; porém, é senso comum aceitar esta hipótese, sem muitos questionamentos. O Brasil apresenta uma realidade distinta, onde a formação inicial de profes-



sores passou por diferentes estágios, sempre direcionada aos interesses da classe dominante. Com a abertura política e a conseqüente redemocratização, a formação de docentes perpassa, pelo menos no plano teórico, a dimensão meramente tradicional, novista e tecnicista, para assumir atitude política de criticidade. A partir da década de 60, com a regulamentação dos programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), são dados os primeiros passos para o preparo específico do professor de educação superior. Estes cursos, que objetivavam qualificar recursos humanos para as universidades e que proliferaram muito na década de 70, tiveram um desaquecimento nos anos 80. A partir da década de 70, foram introduzidas, nos programas de pós-graduação em nível de especialização, disciplinas de cunho didático-pedagógico para o ensino superior. Atualmente, de acordo com o artigo 66 da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. O artigo 52, inciso II e III, propõe que um terço do corpo docente esteja pelo menos com titulação acadêmica de mestrado e doutorado, e um terço, com tempo integral; porém, no artigo 88, concede às universidades um prazo de oito anos para cumprir essas determinações. "... Brasil es el país que presenta los mayores estándares, por cuanto más del 75% de su personal tiene formación de postgrado. En el resto de los otros países, el nivel de preparación fundamental (casi 70%) es licenciatura, un 25% tiene maestría, y solo un 5% tiene doctorado" (García Guadilla, 2002:37).

A operacionalização do processo ensino/aprendizagem urge ser revista. De certo modo, os estabelecimentos de ensino superior e as universidades, em sua grande maioria, estão levando a cabo o processo de ensino/aprendizagem de forma descontextualizada, desatualizada e tentando preparar cidadãos para um mundo que não existe mais e dificilmente voltará a existir. A cultura vigente e a sua transformação são desconsideradas. Há um divórcio entre a realidade e o ensino. A complexificação da realidade, a ambigüidade e suas contradições não são consideradas e analisadas. Os objetivos de ensino propostos são geralmente ultrapassados e não atendem mais às expectativas dos educandos, que estão inseridos em uma realidade dinâmica, cheia de paradoxos e de concepções antagônicas. Os conteúdos defasados, de pouca significação, são abordados de forma fragmentada e linear. Os métodos de ensino, com exceções, continuam medievais e desprovidos dos recursos tecnológicos de última geração, que estão presentes no dia-a-dia dos cidadãos. O sistema de avaliação ainda está preso à memorização e à fixação de conceitos, princípios, regras, enunciados de questionáveis e, muitas vezes, superados. A interação professor/aluno, na maioria das vezes, é autoritária, vertical e se caracteriza, em muitos casos, pela troca de acusações e agressões verbais. Este fenômeno, em muitos casos, é conseqüência da realidade cruel vivida, tanto por parte dos discentes, quanto dos docentes e do contexto atual.

O financiamento da educação superior, afetado pela adoção da política neoliberal, impõe às universidades públicas desafios até então desapercibidos. A partir

da década de 90, as universidades da América Latina e do Caribe vêm enfrentando o desafio de satisfazer com eficácia, em um ambiente de severas restrições financeiras, de profundas mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais de alcance mundial, as funções que historicamente a sociedade lhes tem atribuído. As universidades, ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de adequar e modernizar suas estruturas, o processo educativo, sua missão etc. para dar respostas satisfatórias às demandas oriundas da sociedade civil. Assim, as universidades públicas estão se sentindo pressionadas pela necessidade de buscar formas alternativas de financiamento. Entre as possibilidades, as relacionadas com o setor produtivo resultam como as alternativas mais fáceis de serem implantadas, porém, tal perspectiva gera um desconforto e um descontentamento dos diferentes atores sociais, que vêem esta busca como o primeiro passo à privatização. Reimers (1990) assinala que as restrições financeiras podem estimular novas formas de pensar e de administrar o desenvolvimento educativo. O essencial seria que os governos considerem a educação como uma forma de desenvolvimento e a priorizem frente a outros setores da ação pública. Analisando esta situação, Catani assevera que

“a necessidade de cooperação local, regional, nacional e internacional torna-se vital para as universidades, mesmo para a própria manutenção e desenvolvimento institucional, uma vez que os recursos dos fundos públicos são limitados progressivamente. Os defensores das parcerias afirmam que elas não provocam dispersão, ou seja, desvio dos interesses propriamente acadêmico-científicos. Na verdade, acreditam que as uni-

versidades precisam aceitar a diversidade, o pluralismo e a diferenciação impostas pela sociedade contemporânea, já que não podem mais controlar a diversidade dispersiva por meio de um denominador comum, como a indissociabilidade ensino-pesquisa. Também afirmam que não há como universalizar a universidade de pesquisa. A única alternativa é aceitar essa nova realidade dispersa, diversa, plural e desigual. A multidiversidade de funções só é possível nas universidades de excelência, sendo que as demais instituições deviam investir em áreas e atividades em que seja possível obter resultados satisfatórios” (2002:35).

Para Bernheim (2000), as restrições econômicas afetam sensivelmente o desempenho qualitativo das instituições de educação superior, obrigando-as a gastar mais de 90% de seus rendimentos no pagamento de salários e a reduzir sensivelmente os investimentos mais importantes para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Mesmo assim, tais restrições conduzem a priorizar o trabalho docente, com a desvalorização das tarefas de investigação, extensão e difusão.

A universidade, sendo o único *locus* de formação profissional, além do ensino, tem a função de pesquisa e extensão. A pesquisa deveria ser a mola impulsora de todas as universidades que aspiram a oferecer melhores condições de vida à sociedade, pois ela abre novas possibilidades, novos horizontes, novas descobertas e novos caminhos e perspectivas. Através da pesquisa, a universidade torna-se universidade e seu trabalho é reconhecido nacional e internacionalmente. Para Demo (1990), a atividade principal da universidade é a pesquisa e o professor tem a incumbência de incentivar o aluno

para que ele seja um novo pesquisador, pois sem investigação o ensino se reduz à reprodução.

Isto posto, é imprescindível estabelecer metas prioritárias para que a universidade abra espaço para fazer pesquisa em sala de aula e nos laboratórios, mas sobretudo na comunidade, a fim de encontrar alternativas para amenizar as desigualdades e melhorar a vida política, econômica, social, educacional e cultural da população latino-americana e caribenha, eliminando ou amenizando a miséria, a fome, a corrupção, e a violência. A pesquisa necessita ter conseqüências sociais e econômicas para a sociedade. Portanto, é dever da universidade oferecer ensino com pesquisa e para a pesquisa.

Apesar dos inúmeros desafios a serem enfrentados, é mister reconhecer o papel da universidade, especialmente a pública, que, ao longo da história, tem sido importante na difusão e no enriquecimento cultural da região, no estabelecimento da ciência e da tecnologia, na formação de princípios democráticos, no fomento de pensamento crítico, além de ser o principal agente no desencadeamento de pesquisa básica e aplicada. Sem a presença da universidade pública, certamente a América Latina e o Caribe estariam muito aquém das atuais condições de vida da sociedade hodierna. A universidade tem muito a oferecer à sociedade. Seguindo esta linha de raciocínio, Pacheco diz que "a universidade tem muito a oferecer à sociedade civil neste momento histórico em que estamos construindo processo político participativo, onde o processo legislativo assegurou instrumentos legais para a participação popular e estabelecer novas formas de relação entre a sociedade civil e o Estado" (2001: 112).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir dos dados coletados junto às instituições, tece algumas severas críticas às universidades da região: baixa qualidade do ensino e da pesquisa, alto índice de evasão, elevado custo com o pessoal (número pequeno de alunos por professor) e pouco investimento em infra-estrutura, além das instituições terem sido incapazes de criar um sistema adequado de recompensa pela produtividade e de punição pela improdutividade. Para o órgão, o ensino superior, que necessita atender aos interesses e demandas do mercado e do capital estrangeiro, deve abarcar quatro funções: - a formação de uma elite intelectual; - a formação de pessoal para o mercado profissional específico; - a formação de técnicos e licenciados em programas de curta duração; - e a formação de generalistas.

A proposta do BID, que objetiva que as universidades da América Latina e do Caribe alterem sua missão, seus currículos escolares e a preparação profissional, tem como objetivo melhorar o índice custo-benefício, diminuir os encargos do Estado, flexibilizar e adaptar o ensino superior ao contexto atual e tornar as instituições competitivas entre si. As universidades de excelência devem continuar a ser mantidas pelo Estado e, necessariamente, para a formação de uma elite intelectual, devem, além do ensino, realizar pesquisa. Em relação a esta problemática, Chauí assinala "...a idéia, portanto, é que há uma elite intelectual que pensa, e depois todo o resto que tem como objetivo o mercado de trabalho. E cada vez que o mercado de trabalho saturar, você inventa um curso de formação geral para adicionar valor no currículo de quem compete em um mercado saturado" (2001:22).

## Considerações Finais

À luz das proposições do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da UNESCO, da própria história da universidade e da atual conjuntura, cabe aos diferentes segmentos da sociedade civil considerar a universidade como instituição universal, científica, educativa e de relevância social, que historicamente foi construindo sua missão. A universidade, atuando em seus dilemas, em uma sociedade de contradições, é imprescindível para o processo de transformação de uma nação, região, continente, e do próprio Planeta Terra, e não simplesmente pode ser vista como um pesado encargo para o Estado. Face a esta premissa, todo o empenho é necessário para a ampliação do acesso à universidade pública e gratuita; para o aumento da qualidade de ensino; para o fomento à investigação, à liberdade acadêmica, à autonomia universitária e à intensificação da cooperação local, regional e internacional.

Portanto, almeja-se que, no decorrer do século XXI, a universidade possa aliar crescimento quantitativo com qualitativo, através do emprego de mecanismos de acompanhamento e de controle interno e externo, para que forme cidadãos cosmopolitas, providos de fundamentação teórica acurada, com concepção política e ética, de espírito democrático, capaz de transformar a realidade política, eco-

nômica, social, educacional e cultural da América Latina e do Caribe. Este imperativo elevado, mesmo que até certo ponto utópico, deve ser a grande missão da universidade para a edificação de uma sociedade mais humana, justa, igualitária e solidária. A universidade, que durante os novecentos anos de existência sempre teve um papel social significativo, nos dias atuais tem a missão de revisar o paradigma produtivo e de propor mudanças para que o homem se assuma como um sujeito histórico e trabalhe em prol do social. Para atender às novas demandas da sociedade, a universidade que, praticamente, durante sua história, tinha a função de ensinar e de investigar, necessita:

- manter uma estrutura administrativa e pedagógica flexível e mais ágil para se antecipar às mudanças;
- ser aberta às necessidades, aspirações e expectativas da sociedade;
- integrar, vertical e horizontalmente, ensino-investigação e serviços comunitários;
- oferecer à comunidade cursos e atividades de educação permanente;
- oferecer educação para todas as idades;
- universalizar a cultura;

criar novos mecanismos para a superação dos grandes dilemas antagônicos que afligem a humanidade: ciência x sabedoria popular; indivíduo x organização; livre iniciativa x interesses sociais; multinacionalismo x interesses regionais; e ecologia x economia.

**Recebido em:** 11/09/2003

**Aceito para publicação em:** 30/09/2003

## ABSTRACT

### **The neo-liberal politics and higher level education in Latin America and the Caribbean**

**Ernani Lampert**

*This paper is divided into three parts. First, the author gives an overview of the chronic problems of Latin American within the current political context. Secondly, in a framework of state reform, he analyses the trade-off between decaying universities and the ever increasing social demands. Finally, some proposals are presented based on the analysis of such social demands.*

**Keywords:** Neo-liberal politics - higher level education - Latin America

## RESUMEN

### **La Política Neoliberal y la Educación Superior en América Latina y Caribe**

*El trabajo, dividido en tres partes interconectadas, abarca la temática "la política neoliberal y la educación superior en América Latina y Caribe". En un primer momento, con el objetivo de contextualizar la problemática por medio de una visión sumariada, el autor localiza los problemas crónicos de América Latina y del Caribe, dentro de la actual conuntura mundial. En una segunda instancia, a la luz del nuevo paradigma de producción capitalista y de reforma del Estado, se analiza la metamorfosis de la universidad pública, que, al mismo tiempo que se empobrece y sus condiciones de trabajo son deterioradas, tiene la obligación de atender nuevas demandas oriundas de la exigencia de los diferentes segmentos sociales. Por último, a partir de las nuevas demandas de la sociedad, se le propone a la universidad algunas directrices que deben seguir en el siglo XXI.*

**Palabras clave:** Política neoliberal - educación superior - América Latina y Caribe.

## Referências Bibliograficas

- ALBORNOZ, O. **Introducción, la educación superior en el siglo XXI: Visión de América Latina y el Caribe.** Caracas: Unesco/Cresalc, 1997. Tomo I.
- ANDES: Informativo da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior. **Ciência e Tecnologia do Brasil da indigência.** Brasília, n. 111, set. 2002. p. 6-7.
- ARROYO, M. A universidade a formação do homem. In: SANTOS, G. A. **Universidade, formação, cidadania.** São Paulo: Cortez, 2001.
- ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. Discurso de apertura de la Sra. Hebe de Bonafini en el marco de la Conferencia Mundial de la Asociación Internacional de los educadores a la Paz – 8 a 13 de julio de 2000, en la Unesco, París.
- ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo. Folleto, 2000.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones de la experiencia.** Washington, D.C., 1996.
- BAUMAN, Z. Globalización: palabra de moda. **Relaciones.** Montevideo, n. 219, p. 16-19, 2002.
- BERNHEIM, C.T. Implicaciones de la Declaración Mundial sobre la educación superior para la universidad latinoamericana del siglo XXI. **Educação Brasileira.** Brasília, v. 22, n. 44, p. 79-112, jan./jun. 2000.
- BLANES, J. La pobreza en La Paz. Debate – La Epoca, La Paz, p. 6B, 15 sept. 2002.
- BRASIL. Congresso. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília. 20 dez. 1996.
- BRUNNER, J. J. Educación superior y globalización. **Educação Brasileira.** Brasília, v. 19, n. 38, p. 11-30, jan./jun. 1997.
- CASTRO, C. M. C.; LEVY, D. C. **A educação superior na América Latina e Caribe.** Documento de estratégia. Washington, D.C., 1997.
- CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. **Revista Portuguesa de Educação.** v. 13, n. 2, p. 29-52, 2000.
- CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Las políticas de diversificación y diferenciación en la educación superior en el Brasil: alteraciones en el sistema y en las universidades públicas. **Cuadernos Americanos,** Mexico, n. 84, p. 77-94, 2000.

CHAUÍ, M. S. As humanidades contra o humanismo. In: SANTOS, G. A. **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

TRABALHO indigente cresce na Argentina. **Correio do Povo**. Porto Alegre, p.13. 20 out. 2002.

UNESCO. CRESALC. **La educación superior en el siglo XXI: Visión de América Latina y el Caribe**. Caracas, 1997. Tomos I y II.

DABÈNE, O. Las tendencias del período: El estado del mundo. **Anuario económico geopolítico mundial – 2002**. Madrid: Akal, 2001. p. 361–364.

DEMO, P. **Pesquisa: princípios científicos e educativo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

FUNDACIÓN CHILE. Los desafíos y tareas de la educación chilena al comenzar el siglo XXI. **Boletín Proyecto principal de educación en América Latina y el Caribe**. Santiago, n. 23, p. 66-78, 1990.

GARCÍA GUADILLA, C. Educación Superior en América Latina: una perspectiva comparada de la década de los noventa. In: TRINDADE, H.(Org). **Os desafios da educação na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GARCÍA GUADILLA, C. Globalización y conocimiento en tres tipos de escenarios. **Educación superior y sociedad**. Caracas, v. 6, n. 1, p. 81-101, 1995.

GENTILI, P. (Org). **Universidades na Penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

KEMPF, A. R. O. Reitores querem a educação fora do acordo mundial sobre comércio. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, v. 5, n. 53, jul. 2002.

LA DEMOCRACIA que vive el país es de muy baja calidad. **La República**. Perú, p. 4, 29 sept. 2002.

LAMPERT, E. (Org). **A educação na América Latina: encontros e desencontros**. Pelotas: Educat, 2002.

LAMPERT, E. **Universidade, docência, globalização**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

LAMPERT, E. A globalização e os desafios da América Latina. **Cadernos de Educação**. Pelotas, v. 7, n. 10, jan./jun. 1998.

LAVADOS, J. Reflexiones sobre la educación superior chilena. In: TRINDADE, H. (Org). **Os desafios da educação na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.

- MARTINEZ, V. C. Educação permanente e cidadania. **Universidade e Sociedade**. São Paulo, v. 7, n. 12, p.112-117, 1997.
- MOREIRA, M. Colômbia: Uribe prepara seu país a guerra total. **InformAndes**. Brasília, n. 110, p.12, ago. 2002.
- MUSSET, A. Una identidad en mutación. El estado del mundo. **Anuario económico geopolítico mundial – 2002**. Madrid: Akal, 2001. p. 356–360.
- PACHECO, M. I. P. A universidade civil em parceria com a universidade. In: SANTOS, G. A. **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LINDO PERÉZ, A. Argentina: reconstrucción. **Relaciones**. Uruguay, n. 219, p. 20-1, 2002.
- REIMERS, F. Educación para todos en América Latina en el siglo XXI: Los desafíos de la estabilización, el ajuste y los mandatos de Jomtien. **Boletín Proyecto principal de educación en América Latina y el Caribe**. Santiago, n. 23, p. 7-27, 1990.
- RINESI, E. Universidade reflexiva e cidadania crítica. In: SANTOS, G. A. **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ROSENBERG, C. Nota alta. **Exame**. v. 36, n. 7, p.34-45, abr. 2002.
- TRINDADE, H. O ensino superior na América Latina: um olhar longitudinal e comparativo. In: TRINDADE, H. (Org). **Os desafios da educação na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- YARZÁBAL, L. **Consenso para el cambio en el Educación Superior**. Caracas: Unesco/Cresalc, 1999.

**Correspondência:** decol@super.furg.br